

Dezenas de óbitos na semana sem Estado de Emergência em Moçambique

Na semana em que Moçambique esteve sem Estado de Emergência foram registados dezenas de óbitos causados por acidentes de viação.

Texto: Redacção

A Polícia da República de Moçambique (PRM) registou, entre os dias 1 e 7 de Agosto, 19 sinistros rodoviários “relevantes” sendo os mais sangrentos seis atropelamentos e igual número de despistes seguidos de capotamento.

Nos acidentes, causados pela velocidade excessiva e má travessia do peão, perderam a vida pelo menos 18 indivíduos e 23 contraíram ferimentos.

Moçambique dá primazia à covid-19 ignorando 9 milhões de doentes de malária e 2 milhões de infectados pelo HIV



O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior afirmou “não podemos fazer uma comparação de doentes de malária e doentes de covid-19” para justificar a Declaração do 2º Estado de Emergência pelo Presidente Filipe Nyusi. Paradoxalmente a malária infectou pelo menos 9 milhões de moçambicanos e matou 14 mil no ano passado e não foi declarado o Estado de Emergência em Moçambique. Nem mesmo a morte de 51 mil pessoas pelo HIV e a existência de 2 milhões a viverem com o vírus forçaram a Limitação de Direitos. Liberdades e Garantias no nosso país.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Cidade da Beira tem quase meia centena de pacientes da covid-19, quatro deles internados

Sofala tornou-se na quinta província com o maior número de casos positivos do novo coronavírus após a detecção de mais uma dezena de infectados neste domingo (09). A Cidade da Beira tem quase meia centena de pacientes da covid-19, quatro deles internados no centro de isolamento.

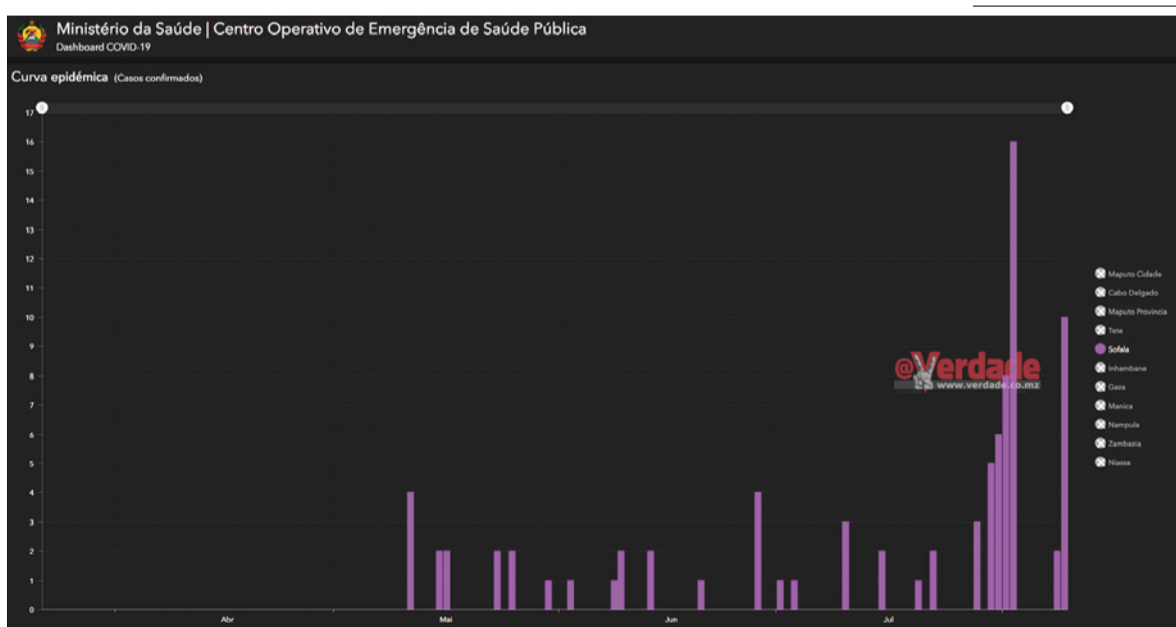
As autoridades sanitárias actualizaram para 2.269 o cumulativo de casos positivos da pandemia da covid-19 em Moçambique após a identificação de mais 28 moçambicanos infectados, todos por transmissão local.

Dez dos novos casos foram detectados pela vigilância sanitária na Província de Sofala que passou a ter um total de 85 infectados, 49 deles na Cidade da Beira onde neste domingo (09) foram identificados mais nove. Um outro infectado foi encontrado no Distrito de Nhamatanda que passou a ter um cumulativo de 10 casos positivos.

A Cidade de Maputo mantém-se como epicentro da pandemia com o diagnóstico de mais oito infectados que elevaram para 533 o total de casos positivos na capital moçambicana.

Na Província de Cabo Delgado o cumulativo ascendeu a 516 com a identificação de dois novos pacientes na Cidade de Pemba que continua com transmissão comunitária do novo coronavírus.

A Província de Nampula é a terceira com mais casos, 447, mas



nenhum caso novo foi encontrado na capital, embora continue com transmissão comunitária, mas um novo infectado foi detectado pela vigilância sanitária no Distrito da Ilha de Moçambique.

O cumulativo na Província de Maputo subiu para 410 de casos positivos após terem sido diagnosticados três novos pacientes na Cidade da Matola, dois no Distrito da Moamba e um no Distrito de Marracuene.

A vigilância sanitária identificou um novo infectado na Cidade de Lichinga, aumentando para 31 o total de casos positivos na Província do Niassa.

O Ministério da Saúde (MISAU), em comunicado de imprensa, informou que os novos pacientes, 17 masculinos e 11 femininos, estão todos em isolamento domiciliário e têm as seguintes idades: três são crianças na faixa dos 5-14 anos, dois são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos,

nove são jovens na faixa dos 25-34 anos, seis estão na faixa dos 35-44 anos, seis estão na faixa dos 45-54 anos, um está na faixa dos 55-64 anos e um caso tem mais 65 anos.

“Gostaríamos de informar que registamos mais oito casos totalmente recuperados da covid-19”, pode-se ler no documento do MISAU onde é revisto para 840 o cumulativo de indivíduos curados desde que a pandemia iniciou em Moçambique.



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com
@verdademz



→ continuação Pag. 01 - Moçambique dá primazia à covid-19 ignorando 9 milhões de doentes de malária e 2 milhões de infectados pelo HIV

No início de Março último o director do Programa Mundial da Malária na Organização Mundial da Saúde, Pedro Alonso, afirmou em Maputo que Moçambique “no âmbito da malária, está numa situação de emergência (...) temos uma carga de doença que é muito alta, Moçambique está entre os países com mais alta carga de malária no mundo, entre 4º e 5º lugar, portanto temos de fazer algumas coisas de forma diferente (...) para mudar a dinâmica que temos na luta contra a malária”.

“Temos possivelmente cerca de 9 milhões de casos (de malária) por ano e em redor de 14 mil mortes anuais. E este números são sempre difíceis de verificar, (...) nem sempre é fácil saber se a morte foi por malária e então se o doente morre fora da unidade sanitária é ainda mais difícil de saber”, assinalou durante um encontro no Ministério da Saúde o director do Programa Mundial da Malária.

Em meados de Julho, durante

a Sessão Ordinária do Conselho Directivo do Conselho Nacional de Combate ao Sida, foi revelado que: “Moçambique está entre os cinco países do mundo com os números mais elevados de novas infecções de HIV, situando-se em 4º lugar, depois da República da África do Sul, Nigéria e a Rússia (...) Segundo estimativas nacionais, 2.200.000 pessoas viviam com HIV no País, em 2019, dos quais 150.000 eram crianças dos 0-14 anos.

O Conselho Nacional de Combate ao Sida indicou que embora o número de óbitos esteja a reduzir em 2019 pelo menos 51 mil moçambicanos perderam a vida com o HIV, 12 mil delas na Província de Maputo.

O @Verdade confrontou as autoridades de saúde porque razão, tendo em conta a gravidade de doenças como a malária ou HIV, só para citar duas das principais causas de mortalidade nos hospitais nacionais que não existem em muitos dos países do mundo, nunca o Estado

de Emergência foi decretado mas para menos de 3 mil infectados e só 16 óbitos pelo novo coronavírus os moçambicanos são obrigados a ficar em casa e cumprir um rol de Limitações aos seus Direitos Fundamentais.

“Não podemos fazer uma comparação de doentes de malária e doentes de covid”

O Director-Geral Adjunto do Instituto Nacional de Saúde disse: “Quando falamos de covid estamos a falar de número de camas que existem nas unidades de isolamento, lembrar que durante estes 4 meses o que o Governo fez foi criar esses centros de isolamento que em todas as províncias temos e alargar o número de camas”.

“A gestão da covid é diferente da gestão das outras doenças sob o ponto de vista de internamento hospitalar, todos os casos da covid são admitidos nas unidades de isolamento,

estamos a falar de assunto diferentes. Não podemos fazer uma comparação de doentes de malária e doentes de covid, não se interna doente de covid numa enfermaria interna normal”, argumentou o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior.

O epidemiologista moçambicano explicou ainda que nestes 4 meses o país fortaleceu o Sistema Nacional de Saúde, no entanto na Declaração do Presidente da República, do passado dia 5 de Agosto, “é chamada atenção para necessidade de protecção do Sistema Nacional de Saúde”.

“Significa que temos de monitorar de perto a evolução da epidemia e se as medidas não forem cumpridas, segundo o que foi anunciado ontem pelo Presidente da República, o risco é aumentarmos o ritmo da transmissão, aumentar o número de casos, o número de internamentos, o número de indivíduos em situação de doença grave, é isso que não pode acon-

tecer. Se não mantermos e reforçarmos as medidas de prevenção o que acontece é que corremos o risco de sobrecarregar o Sistema Nacional de Saúde que pode entrar em colapso, (...) não podemos entrar numa situação em que não haja cama para os indivíduos, não haja insumos, não haja testes, esse cenário só irá acontecer se nós não cumprirmos com as medidas e o número de casos aumentar”, afirmou o Dr. Samo Gudo.

Confrontado pelo @Verdade que se o Sistema Nacional de Saúde não está já colapsado afinal existe apenas uma unidade sanitária por 17 mil moçambicanos, um médico por 10 mil moçambicanos e três enfermeiros para o mesmo número do habitantes o Director-Geral Adjunto do Instituto Nacional de Saúde refutou: “Primeiro queria corrigir o nosso Sistema de Saúde não está colapsado, se estivesse colapsado o impacto seria de morte e de doenças graves seria completamente diferente”.

Moçambique aumenta dependência por importações da África do Sul e China

Moçambique aumentou a sua dependência do exterior em 2019, pelo terceiro ano consecutivo, gastando 7,4 biliões de dólares na importação de equipamentos para indústria, combustíveis e também de comida principalmente da África do Sul e da China.

Texto: Redacção

“A lista dos 10 principais países de origem é liderada pela vizinha África do Sul (origem de maior diversidade de produtos com destaque para a energia

eléctrica, gás e automóveis), tendo vendido bens ao país no valor total de 2,1 biliões de dólares norte-americanos (28,7 por cento do total, +10,3 por cento face a 2018). A China e os Emiratos Árabes Unidos mantiveram-se igualmente na 2ª e 3ª posição fornecendo mercadoria no valor de 847,9 milhões de dólares (11,4 por cento, mais 6,1 por cento que 2018) e 595,1 milhões dólares (8 por cento, mais 14,7 por cento face a 2018)”, revelam as Estatísticas do Comércio Externo de Bens relativas ao ano passado.

A publicação do Instituto Nacional de Estatística indica que os principais produtos importados do país vizinho são destinados aos megaprojectos, 170 milhões de dólares em Energia Eléctrica e 105 milhões de dólares em Automóveis para transporte de mercadorias, mas também é assinalável a dependência da África do Sul como fonte de medicamentos, 41 milhões de dólares, mas também de comida.

Moçambique comprou 44 milhões de dólares em milho, 18 milhões em batata, 16 milhões em farinhas, 15 milhões em

Quadro 10. Valores das Importações por grupo de produtos, 2018-2019					
Grupo de produtos	2018		2019		Var (%)
	10 ³ USD	Est. (%)	10 ³ USD	Est. (%)	
Agrícolas	872 550	12.6	1 003 586	13.5	15.0
Alimentares	204 736	2.9	227 590	3.1	11.2
Calçado	25 091	0.4	26 948	0.4	7.4
Combustíveis minerais	1 603 708	23.1	1 358 723	18.3	-15.3
Madeira, cortiça	35 516	0.5	44 843	0.6	26.3
Máquinas, aparelhos	1 131 150	16.3	1 440 441	19.4	27.3
Materiais têxteis	151 597	2.2	165 056	2.2	8.9
Metais comuns	848 312	12.2	57 727	7.8	-31.9
Minerais, minério	193 252	2.8	254 073	3.4	31.5
Óptica e precisão	81 729	1.2	113 716	1.5	39.1
Papel, Celulósicas, papel	109 511	1.6	137 196	1.8	25.3
Peles, couros	6 831	0.1	9 006	0.1	31.8
Plásticos, borracha	232 207	3.3	299 968	4.0	29.2
Químicos	717 885	10.3	912 009	12.3	27.0
Veículos, outros meios de transporte	575 570	8.3	671 657	9.0	16.7
Vestuário	34 669	0.5	42 517	0.6	22.6
Outros produtos	119 860	1.7	142 753	1.9	19.1
TOTAL	6 944 175	100.0	7 427 812	100.0	7.0

Quadro 7. Valores das Importações dos Principais Países de Origem, 2018-2019						
Ordem	País de Origem	2018		2019		Var (%)
		10 ³ USD	Estrutura (%)	10 ³ USD	Estrutura (%)	
1	África do Sul	1 929 702	27.8	2 129 251	28.7	10.3
2	China	799 466	11.5	847 907	11.4	6.1
3	Emiratos Árabes Unidos	518 874	7.5	595 134	8.0	14.7
4	Singapura	282 318	4.1	505 849	6.8	79.2
5	Índia	490 291	7.1	451 864	6.1	-7.8
6	Portugal	230 422	3.3	269 391	3.6	16.9
7	Japão	196 196	2.8	258 113	3.2	21.4
8	Estados Unidos	217 819	3.1	207 501	2.8	-4.7
9	Países Baixos	518 202	7.5	149 008	2.0	-71.2
10	Alemanha	89 522	1.3	127 695	1.7	42.6
	OUTROS PAÍSES	1 671 363	24.1	1 906 098	25.7	14.0
TOTAL		6 944 175	100.0	7 427 812	100.0	7.0

10

Estadísticas do Comércio Externo de Bens – Moçambique, 2019 – Instituto Nacional de Estatística

10 | Estatísticas do Comércio Externo de Bens - Moçambique, 2019 - Instituto Nacional de Estatística

hortícolas, 12 milhões em leite não puros e natas coalhados, 6 milhões em ovos e até 5,8 milhões na importação de açúcar.

Da China para o nosso país vieram maioritariamente aparelhos eléctricos para telefonia e telegrafia que custaram um

total de 36 milhões de dólares, produtos laminados folheados de ferro/aço no montante de 26 milhões, tractores no valor de 24 milhões, contadores de gás, líquido ou de electricidade que custaram 21 milhões e pneus avaliados em 20 milhões de dólares norte-americanos.

REVIMO espera facturar mais de 1 bilião de meticais com portagens na EN6 e Ponte Maputo - KaTembe

A REVIMO, empresa criada pelo Governo de Filipe Nyusi para gerir e manter as estradas Nacional 6, Circular de Maputo, Ponte Maputo- KaTembe e ligações, espera facturar mais de 1 bilião de meticais durante o exercício de 2020.

Texto: Adérito Caldeira



Sociedade Anónima que tem com acionista único o Fundo de Estradas, instituição pública que nunca prestou contas dos biliões de dólares que tem gerido, a Rede Viária de Moçambique (REVIMO) recebeu, sem concurso público, a concessão das Estradas Nacional nº 6 (Beira-Machipanda), Circular de Maputo e Ponte Maputo-KaTembe e respectivas estradas de ligação.

Criada em Setembro de 2019 para a construção, conservação e exploração, sob sistema de portagens, de estradas e de pontes e suas infra-estruturas conexas, construídas ou por construir a REVIMO contou-se, em Março de 2020, na Bolsa de Valores de Moçambique com o intuito de dispersar para investidores 30 por cento do seu capital social ainda durante este ano.

O @Verdade apurou que a empresa, que emprega quase duas centenas de trabalhadores e é gerida por um Conselho de Administração, reporta ter facturado durante os seus dois primeiros meses de actividade, Janeiro e Fevereiro de 2020, gerindo a Estrada Beira Machipanda e a Ponte Maputo-KaTembe mais de 182 milhões de meticais e prevê chegar a 1,5 bilião de meticais até o fim deste exercício económico.

Para alcançar essa facturação a Rede Viária de Moçambique espera que o seu volume de vendas registre um crescimento acentuado a partir do último trimestre de 2020 com entrada em funcionamento de novas portagens da Circular de Maputo e estradas de ligação ao projecto Maputo-Katembe.

Banco Mundial, o verdadeiro patrão de Filipe Nyusi, garante mais de meio bilião de dólares

O Presidente Filipe Nyusi reuniu nesta segunda-feira (10) com o seu verdadeiro patrão: o Banco Mundial. Durante o encontro virtual David Malpass garantiu mais de meio biliões de dólares a Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Um comunicado da Presidência da República indica que: “A reunião virtual tinha como objectivo avaliar os programas de desenvolvimento apoiados pelo Grupo Banco Mundial e perspetivar acções futuras para impulsionar a sua parceria estratégica, em prol do desenvolvimento sustentável de Moçambique, sobretudo nas áreas de Infraestruturas rodoviárias, Reconstrução pós-Idai e Kenneth, Agricultura, Energia e a Resposta à Covid-19”.

“Na ocasião, houve pronunciamentos favoráveis em relação ao apoio à agricultura, sobretudo aos pequenos agricultores e empresários deste sector para o aumento da produtividade, renda e geração de mais empregos. Congratularam-se pelo Programa “Sustenta”, que passa a ser implementado em todo o país. O Banco Mundial referiu estarem disponíveis 500 milhões de dólares nor-



te-americanos para apoiar a este sector”, refere o documento.

Recorde-se que esta instituição de “Bretton Woods” tem

sido a principal financiadora da Presidência de Nyusi. Mesmo depois da descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e da MAM a instituição financeira não suspendeu a

ajuda a Moçambique tendo o @Verdade contabilizado nos doações e créditos concessionais em torno de 800 milhões de dólares norte-americanos entre 2016 e o 1º trimestre

de 2020.

Desse montante 160 milhões de dólares foram destinados ao programa “Sustenta”, quando ainda esta no Ministério da Terra, aos quais se deverão juntar este meio bilião de dólares agora anunciado e que continuará sob gestão do Super ministro Celso Correia no Ministério da Agricultura.

Na reunião virtual o Presidente do Grupo Banco Mundial assegurou também ao Chefe de Estado moçambicano o desembolso dos 176 milhões de dólares para o apoio directo ao Orçamento de Estado no âmbito da pandemia da covid-19.

A instituição financeira multilateral, a quem Moçambique deve 2,9 biliões de dólares norte-americanos, comprometeu-se em doar 100 milhões de dólares e conceder um crédito concessional de 76 milhões de dólares.

Cidade de Maputo ultrapassa seis centenas de infectados pela covid-19, MISAU enfim admite transmissão comunitária

A Cidade de Maputo ultrapassou nesta segunda-feira (10) as seis centenas de infectados pelo novo coronavírus e o Ministério da Saúde admitiu, enfim, que existe transmissão comunitária. “Dos novos casos testados hoje 1.631 testes resultaram negativos e 142 foram positivos para covid-19, é pois o dia de hoje aquele que tem o maior pico de casos de covid-19” em Moçambique, anunciou ainda o ministro Armindo Tiago. Estranhamente este recorde de novas infecções é alcançado num dia em que não houve testagem na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

O ministro da Saúde detalhou que dos casos novos hoje reportados, que encontram-se em isolamento domiciliar, 139 são de indivíduos de nacionalidade moçambicana e três são de indivíduos estrangeiros (um sul-africano e dois marroquinos), 141 são casos de transmissão local, um é importado e têm as seguintes idades: um é uma criança menor de 5 anos, cinco são crianças na faixa dos 5-14 anos, 20 são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, 41 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 37 estão na faixa dos 35-44 anos, 18 estão na faixa dos 45-54 anos, oito estão na faixa dos 55-64 anos, oito tem mais de 65 anos e quatro não tem idade especificada.

Três dos novos pacientes foram identificados na Cidade de Nampula, que continua com transmissão comunitária, e outros três no Distrito de Nacala-Porto que aumentaram para 453 o cumulativo na Província de Nampula.

Na Província de Manica o total de casos positivos subiu para 20 após o diagnóstico de dois novos infectados na Cidade de Chimoió.

O cumulativo na Província de Sofala passou para 86 com a detecção de um novo paciente no Distrito de Muanza.

Na Província de Gaza o total de casos cresceu para 95 com a identificação de três novos infectados na Cidade de Xai-Xai, um no Distrito de Bilene e 17 na Cidade de Chókwè.

Nesta segunda-feira (10) houve uma explosão



de novos casos no Distrito da Namaacha onde foram diagnosticados 24 novos pacientes. Ainda na Província de Maputo, onde o cumulativo elevou-se para 444 casos, três novos infectados foram detectados no Distrito de Boane e sete na Cidade da Matola.

Na Cidade de Maputo as autoridades sanitárias identificaram 78 novos pacientes com o novo coronavírus e enfim o ministro da Saúde admitiu: “A Cidade Maputo é o terceiro local geográfico a nível nacional a transitar para o padrão de transmissão comunitária, juntando-se às cidades de Nampula e Pemba”.

Armindo Tiago revelou que até ao presente momento os principais achados da avaliação da situação epidemiológica em curso na capital moçambicana são: “Elevada percentagem de positividade nas pessoas testadas, tendo sido de 5.1% na semana passada; Mudança no perfil demográfico dos casos de covid-19, sendo que actualmente afecta pessoas de todas as faixas

etárias; Dispersão geográfica dos casos da COVID-19 associada a cadeias de transmissão não relacionadas.

“Com vista a conter e mitigar a epidemia do covid-19 na Cidade de Maputo, estão em curso as seguintes acções: Reforço das acções de Vigilância a nível da Cidade e Província de Maputo, para monitoria da epidemia e identificação precoce de novos locais afectados; Realização do Inquérito Sero-epidemiológicos de base comunitária ao nível da Cidade de Maputo, para determinação da magnitude da epidemia; Intensificação de acções de educação e prevenção da covid-19”, indicou o titular da Saúde.

A verdade é que a medida que a testagem aumentou o número de infectados também cresceu na Cidade de Maputo que antes do pico desta segunda-feira (10) tinha registado 146 casos positivos na semana passada e na semana anterior 93 casos positivos do novo coronavírus. Paralelamente a taxa de positividade disparou para acima dos 5 por cento.

Recorde-se que a capital moçambicana tem também o maior número de óbitos, seis, e ainda oito indivíduos internados no centro de isolamento da Polana Caniço.

Estranhamente nesta segunda-feira (10) não houve testagem de nenhum casos suspeito na Província de Cabo Delgado cuja capital tem transmissão comunitária e também tem um foco activo nas instalações da Montepuez Ruby Mining.

Surto de cólera mantém-se activo na Província de Cabo Delgado com novos óbitos

O surto de cólera que eclodiu em finais de Janeiro na Província de Cabo Delgado e causou dezenas de óbitos continua activo particularmente na Cidade de Pemba e no Distrito do Ibo, onde os óbitos aumentaram.

Texto: Redacção

O Ministério da Saúde (MISAU) actualizou ao @Verdade que o surto de cólera que eclodiu no passado dia 31 de Janeiro continua activo, “foram registados até as 07 horas do dia 04 de Agosto de 2020 um total de 1.367 casos com um total de 19 óbitos, representando uma taxa de Letalidade de 1,4 por cento”.

De acordo com um documento da Direcção Provincial de Saúde o distrito de Ibo é o mais afectado após o reiniciou com registo de casos que ultrapassaram as duas centenas tendo no dia 25 de Julho sido registado o oitavo óbito que elevou para 3,4 por cento a taxa de letalidade.

Com seis óbitos e 247 casos o Distrito de Macomia é o segundo mais afectado seguido pelo Distrito de Metuge com dois óbitos em 122 doentes.

A Cidade de Pemba, que tem um cumulativo de 383 doentes, registou três óbitos com uma taxa de letalidade de 0,8 por cento.

Segundo o MISAU na vizinha Província de Nampula o surto de cólera está controlado, desde 22 de Junho que não são notificados novos doentes.

Reduzem exportações de Moçambique arrastadas diminuição da venda de carvão mineral e alumínio

As exportações de Moçambique reduziram em quase 10 por cento no ano passado, arrastadas pela redução da venda de carvão mineral à Índia e de alumínio aos Países Baixos. O Instituto Nacional de Estatística (INE) assinala ainda que acentuou-se a dependência e pouca diversificação dos produtos exportados.

Texto: Redacção

As Estatísticas do Comércio Externo de Bens revelam que: “Durante o ano 2019, saíram do país bens destinados a 141 países (face aos 130 do ano 2018), resultado da saída de 17 países e entrada de 28 novos mercados para os quais o país enviou mercadorias. A lista dos 10 principais países de destino das exportações de bens em 2019 não variou bastante relativamente ao ano anterior, tendo sido registado a entrada da Bélgica e Espanha (este último que volta a esta lista depois de estar ausente em 2018), resultado das variações de 166 por cento (com o Tabaco não manufacturado e seus desperdícios em destaque) e 88,9 por cento (com grande contribuição de Alumínio em formas brutas e crustáceo) respectivamente, em direcção contrária saem desta lista Hong Kong e Estados Unidos tradicionalmente presentes nesta lista e não obstante terem registados variações positivas”.

A Índia, que em 2018 foi o principal destino das exportações moçambicana, passou a segunda posição tendo recebido em 2019 bens no valor de 783.4 milhões de dólares (um redução de 42,8 por cento do total, com o carvão mineral como principal produto) permitindo a África do Sul (destino principal do Gás e da energia eléctrica), a reassumir a liderança com 848,9 milhões de dólares (ainda assim como um volume de menos 2,5 por cento do que em 2018), apurou o @Verdade no documento do INE.

As exportações para a China subiram 32,5 por cento e catapultaram o país asiático para o 3º posto com 323,8 milhões de dólares (mais de um terço para areias pesadas), empurrando os Países Baixos para a 5ª posição com 296 milhões de dólares (devido a redução de 51,7 no volume de produtos que recebeu de Moçambique, principalmente carvão mineral).

As Estatísticas do Comércio Ex-

Quadro 2. Valores das Exportações dos Principais Países de Destino, 2018-2019					
Ordem	País de Destino	2018		2019	
		10 ³ USD	Estrutura (%)	10 ³ USD	Var (%)
1	Africa do Sul	871 052	17.4	848 932	-2.5
2	Índia	1 369 232	27.3	783 428	-42.8
3	China	239 536	4.8	323 799	35.2
4	Itália	129 619	2.6	302 422	133.3
5	Países Baixos	613 575	12.2	296 165	-51.7
6	Reino Unido	228 602	4.6	220 188	-3.7
7	Bélgica	73 696	1.5	196 003	166.0
8	Espanha	90 469	1.8	170 901	88.9
9	Singapura	229 981	4.6	170 088	-26.0
10	Coreia do Sul	94 418	1.9	136 325	44.4
	OUTROS PAÍSES	1 072 109	21.4	1 220 662	13.9
TOTAL		5 012 287	100.0	4 668 915	-6.9
5 Estatísticas do Comércio Externo de Bens – Moçambique, 2019 – Instituto Nacional de Estatística					

Quadro 5. Valores das Exportações por grupo de produtos, 2018-2019					
Grupo de produtos	2018		2019		Var (%)
	10 ³ USD	Estrutura (%)	10 ³ USD	Estrutura (%)	
Agrícolas	203 414	4.1	427 692	9.2	110.3
Alimentares	208 518	4.2	117 325	2.5	-43.7
Calçado	103	0.0	108	0.0	5.1
Combustíveis minerais	2 304 174	46.0	1 953 298	41.8	-15.2
Madeira, cortiça	31 525	0.6	84 068	1.8	166.7
Máquinas, aparelhos	83 987	1.7	32 204	0.7	-61.7
Matérias têxteis	10 109	0.2	46 951	1.0	364.5
Metais comuns	1 350 461	26.9	1 144 284	24.5	-15.3
Minerais, minério	320 987	6.4	358 051	7.7	11.6
Óptica e precisão	784	0.0	1 685	0.0	114.8
Papel, celulósicos, papel	53 679	1.1	42 849	0.9	-20.2
Peles, couros	1 952	0.0	310	0.0	-84.1
Plásticos, borracha	4 161	0.1	2 162	0.0	-48.0
Químicos	44 349	0.9	47 540	1.0	7.2
Veículos, o.m.de transporte	27 599	0.6	12 028	0.3	-56.4
Vestuário	4 539	0.1	5 594	0.1	23.2
Outros produtos	361 946	7.2	392 725	8.4	8.5
TOTAL		5 012 287	4 668 915	100.0	-6.9

terno de Bens destacam nas variações positivas a Itália com 302 milhões de dólares (crescimento de 133 por cento alavancado pelas exportações de alumínio e seus derivados) e ainda a Bélgica com 196 milhões dólares, que entrou para o top dos 10 principais destinos das exportações do nosso país (mais 166 por cento influenciado pela venda de tabaco e alumínio”.

Analisando as exportações por grupos de produtos homogêneos o Instituto Nacional de Estatística verificou “que metade dos grupos de produtos registou uma descida do valor face ao ano anterior. Apesar do decréscimo em 15,2 por cento, o grupo de Combustíveis Minerais (onde está enquadrado o carvão mineral coques) continua sendo o mais representativo com um valor de 1,95 biliões de dólares,

correspondentes a 41,8 por cento do total. Na segunda posição, figura o grupo de Metais Comuns (onde está inserido o alumínio) com 1,14 biliões de dólares (24,5 por cento) tendo igualmente registado uma queda em 15,3 por cento face a 2018”.

“Relativamente aos grupos de produtos tradicionais que nos últimos anos têm-se revelado cada vez menos representativos nos últimos anos, face ao surgimento dos recursos minerais de grande valor de exportação, destaca-se o grupo de produtos agrícolas com 427,6 milhões de dólares correspondentes a 9,2 por cento (mais do dobro do ano anterior, crescimento de 110,3 por cento) e produtos alimentares com 2,5 por cento (decréscimo de 43,7 por cento)”, indicam as Estatísticas do Comércio Externo de Bens.

Transmissão comunitária da covid-19 na Cidade de Maputo centrada no Distrito Municipal de KaMpfumo

Mais de 75 por cento dos infectados pela covid-19 na Cidade de Maputo estão no Distrito Municipal de KaMpfumo, circunscrevendo a transmissão comunitária pelos bairros de Alto Maé A, Alto Maé B, Baixa, Central A, Central B, Central C, Coop, Malhangalene A, Malhangalene B, Polana Cimento A, Polana Cimento B e Sommerschild I.

Texto: Adérito Caldeira



O @Verdade apurou que a transmissão comunitária do novo coronavírus na capital moçambicana está circunscrita no Distrito Municipal de KaMpfumo que é onde se encontram 471 dos 611 casos positivos diagnosticados até segunda-feira (10).

Neste Distrito Municipal, onde foi identificado a 22 de Março o primeiro paciente com covid-19 em Moçambique, os novos pacientes mais do que triplicaram desde o passado dia 26 de Julho altura em que existiam 138 casos positivos.

O segundo Distrito Municipal com o maior número de infectado é de KaMavota (bairros de Mavalane A, Mavalane B, FPLM, Hulene A, Hulene B, Ferroviário, Laulane, 3 de Fevereiro, Mahotas, Albazine e Costa do Sol) com um cumulativo de 52 casos positivos.

Segue-se o Distrito Municipal de KaMubukwana (bairros de Bagamoyo, George Dimitrov, Inhagoia A, Inhagoia B, Jardim, Luís Cabral, Magoanine, Malhazine, Nsalane, 25 de Junho A, 25 de Junho B e Zimpeto) onde o total de casos foi

revisto para 37 positivos.

No Distrito Municipal de KaMaxakeni (bairros da Mafalala, Maxaquene A, Maxaquene B, Maxaquene C, Maxaquene D, Polana Caniço A, Polana Caniço B e Urbanização) o cumulativo foi também revisto para 26 casos positivos.

O total de casos foi ainda revisto no Distrito Municipal de Nhlmankulo (bairros do Aeroporto A, Aeroporto B, Xipamanine, Minkadjuine, Unidade 7, Chamanculo A, Chamanculo B, Chamanculo C, Chamanculo D, Malanga e Munhuana) para 23 infectados e em Katembe (bairros de Gwachene, Chale, Inguice, Ncassene e Xamissava) para dois infectados.

Na Ilha da Inhaca, Distrito Municipal de KaNyaka, não há registo de indivíduos infectados pelo novo coronavírus.

Entretanto, nesta terça-feira (11), mais 23 pacientes foram identificados na Cidade de Maputo que passou a ter um cumulativo total de 634 infectados e onze internados, mais três do que na véspera.

Texto: Adérito Caldeira

Millenium BIM factura 12 biliões de meticais, em ano de ciclones e recessão em Moçambique, e lamenta descida das taxas de juro

Quase indiferente a crise económica, aos ciclones e a recessão que em 2019 afectaram Moçambique o Millenium BIM facturou 12 biliões de meticais, aumentou o seu resultado líquido e fez crescer os seus activos. Contudo o segundo maior banco comercial no nosso país lamenta a descida das exorbitantes taxas de juro que afirma ter afectado os seus lucros.

O presidente do Conselho de Administração de banco que literalmente maltrata os seus clientes pobres em longas filas e com mau atendimento declarou que “Em 2019, o Millennium BIM apresentou um excelente desempenho finan-

ceiro, reforçando a sua capacidade de geração de valor, alicerçado pelo crescimento sustentado de resultados, e evidenciando maior solidez e adequação de capital”.

“A evolução crescente dos re-

sultados financeiros, ao longo da última década, tem sido alavancado pelos investimentos na expansão da rede bancária nacional (de 126 em 2010 para 200 em 2019), inovação tecnológica, lançamento de novos produtos e serviços digitais, o

que permitiu alargar a nossa base de clientes para mais de 1,8 milhão em 2019”, afirmou Rui Fonseca na mensagem inserida no Relatório e Contas do banco de preside.

Reconhecendo a “desace-

leração da economia para níveis abaixo do seu potencial”, o impacto económico dos ciclones Idai e Kenneth o Millenium BIM conseguiu aumentar os seus Activos totais em 8 por cento, passando para 163,4

continua Pag. 05 →

Dois mortos e perto de oito dezenas de novos infectados pela covid-19 em Moçambique

Mais dois indivíduos perderam a vida com o novo coronavírus em Moçambique que registou perto de oito dezenas de novos infectados, elevando para 2.559 o cumulativo de casos positivos. Na Cidade de Maputo, nesta quarta-feira (12), o total de casos positivos da covid-19 aproximou-se das sete centenas.

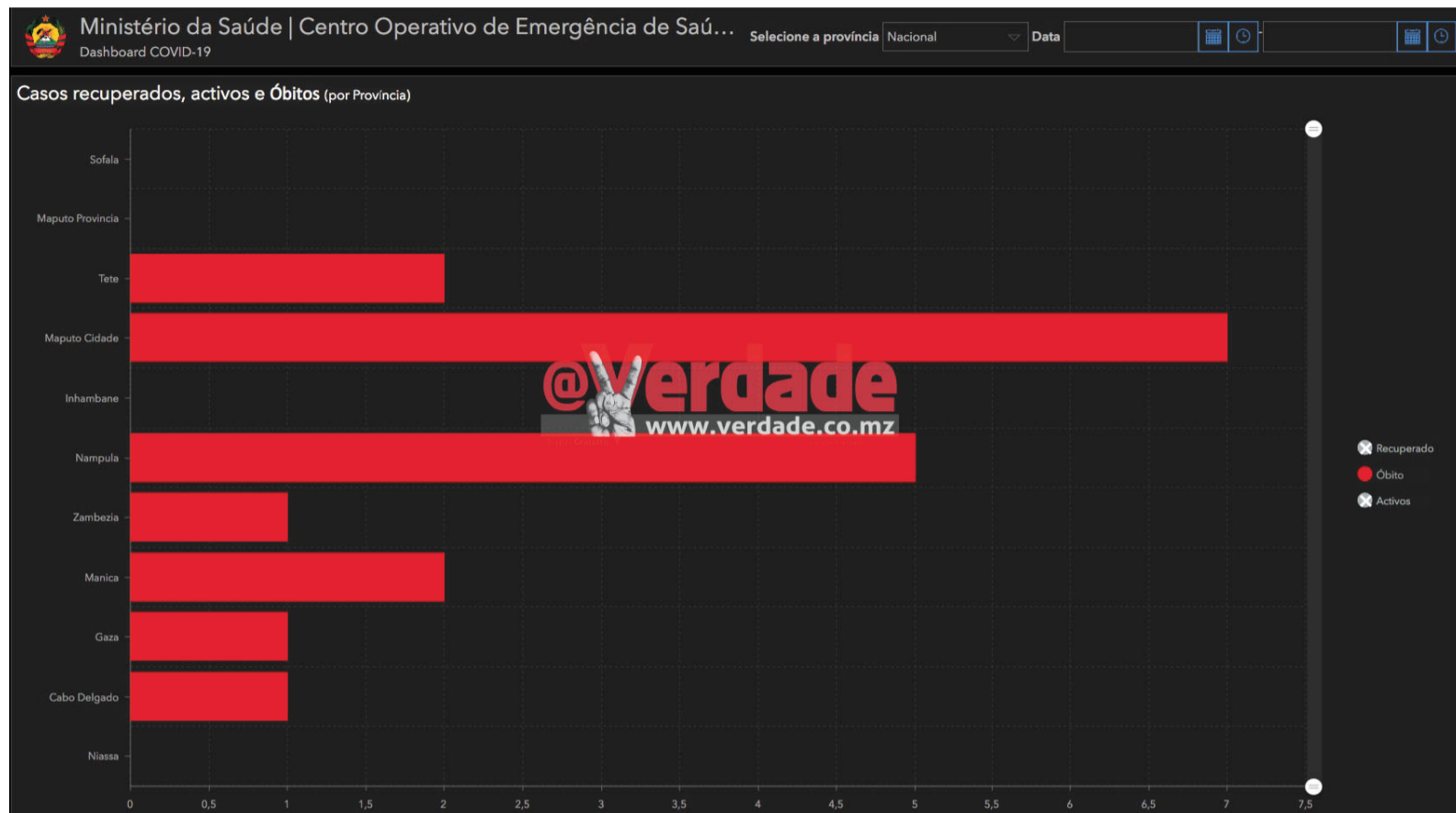
Texto: **Adérito Caldeira**

O Ministério da Saúde (MISAU) anunciou mais dois óbitos em pacientes infectados pelo novo coronavírus, um na Província de Manica e um na Cidade de Maputo, ambos de nacionalidade moçambicana, agravando para 19 o total de óbitos pela pandemia.

“O óbito registado na Província de Manica é de um indivíduo de 34 anos de idade, do sexo masculino, que foi admitido no Hospital Provincial de Chimoio no dia 05/08/2020 com um quadro de doença crónica grave e perdeu a vida em menos de 24 horas de internamento, no dia 06/08/2020. A amostra para a realização do teste para o novo coronavírus foi colhida no dia da admissão e o resultado positivo foi confirmado no dia 10/08/2020”, reporta o MISAU.

Este é o segundo óbito na Província de Manica, também registado num jovem como o falecido nesta terça-feira (11), que continua com apenas 20 casos positivos desde que a pandemia eclodiu em Março.

Em comunicado de imprensa as autoridades sanitárias indicam que “o óbito registado na Cidade de Maputo é de um indivíduo de sexo masculino, de 75 anos de idade. Foi admitido em uma Unidade de Cuidados Intensivos de um Hospital do Sector Privado no dia 28/07/20, com um quadro de doença crónica e doença respiratória grave. A amostra para a realização do teste para o novo coronavírus



foi colhida no dia da admissão e o resultado positivo foi confirmado no dia 07/08/2020. O estado geral foi agravando e no dia 09/08/20 foi transferido para o Hospital da Polana Caniço. O seu quadro de doença manteve-se grave e foi declarado óbito na manhã do dia 12/08/20”.

Foi a sétima vítima mortal do novo coronavírus na capital moçambicana.

Entretanto, nesta quarta-feira (12), mais 78 novos infectados foram identificados após a testagem de 1.110 casos suspeitos. Entre eles 77 são de nacionalidade moçambicana, um de nacionalidade portuguesa, 44 são do sexo masculino e 34 do sexo feminino e encontram-se todos em isolamento domiciliar.

670 casos positivos na Cidade de Maputo

O Ministério da Saúde detalhou que dentre os casos novos dois crianças menores de 5 anos, seis são crianças na faixa dos 5-14 anos, onze são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, 22 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 20 estão na faixa dos 35-44 anos, dois estão na faixa dos 45-54 anos, oito estão na faixa dos 55-64 anos, dois estão acima dos 65 anos e cinco casos não têm idade especificada.

Sete dos novos infectados foram identificados na Cidade de Pemba, onde existe transmissão comunitária, elevando para 526 o total de casos positivos na Província de Cabo Delgado.

A vigilância sanitária detectou dois novos pacientes na Cidade de Lichinga que aumentaram para 33 o cumulativos de casos positivos na Província de Niassa.

Na Província de Nampula o total de casos passou a 461 após a vigilância sanitária ter diagnosticado oito novos infectados na Cidade de Nampula, onde a transmissão continua em padrão comunitário.

Dois novos casos positivos foram identificados pela vigilância sanitária no Distrito de Gurué, elevando para 50 o cumulativo na Província das Zambézia.

Na Província de Tete o total de casos positivos subiu para 61 após terem sido detectados dois no-

vos infectados na Cidade de Tete e um no Distrito de Marávia.

Na Província de Gaza o cumulativo de casos positivos cresceu para 132 com o diagnóstico de onze novos pacientes na Cidade de Chokwé, dois na Cidade de Xai-Xai, outros dois no Distrito de Guijá e um no Distrito de Bilene.

A vigilância sanitária identificou três novos infectados na Cidade da Matola e um no Distrito de Moamba, subindo para 466 o total de casos positivos na Província de Maputo.

Na Cidade de Maputo, com transmissão comunitária, o cumulativo passou para 670 casos positivos após terem sido diagnosticados 36 novos pacientes.

→ continuação Pag. 04 - Millenium BIM factura 12 biliões de meticaís, em ano de ciclones e recessão em Moçambique, e lamenta descida das taxas de juro



BIM – Banco Internacional de Moçambique, SA - RELATÓRIO & CONTAS 2019

2. Margem financeira

	Grupo		Banco	
	2019	2018	2019	2018
<i>Juros e proveitos equiparados</i>				
Juros de crédito	9.077.362	11.328.692	9.077.362	11.328.692
Juros de depósitos e outras aplicações	720.530	379.745	719.560	373.438
Juros outros activos financeiros ao custo amortizado	7.537.413	8.734.851	7.370.665	8.642.739
	17.335.305	20.443.318	17.167.587	20.344.869
<i>Juros e custos equiparados</i>				
Juros de depósitos e outros recursos	4.457.574	7.086.516	4.649.361	7.607.495
Juros de títulos emitidos			141.917	180.167
	121.697	209.136	141.985	209.136
Outros custos e juros equiparados	4.578.671	7.295.652	4.932.835	8.008.790
	12.756.634	15.147.665	12.244.952	12.591.671
<i>Margem financeira</i>				

bilhões de meticais, os Capitais próprios evoluíram para 37,3 bilhões de meticais, o Produto bancário atingiu o valor de 17,2 bilhões de meticais e o “Resultado líquido atingiu máximo histórico 7 bilhões de meticais, correspondente a uma variação positiva de 3 por cento”.

Embora facturando menos 0,8 por cento do que em 2018 o banco comercial onde o Estado é accionista conseguiu no

ano passado uma margem financeira de 12,2 bilhões meticais.

Tal como os restantes bancos comerciais o Millenium BIM lamenta a descida das exorbitantes taxas de juros praticadas em Moçambique tendo assinalado que a sua influência negativa nos lucros de 2019.

“Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente

constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano e Banco de Moçambique, designadamente Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, tiveram um desempenho ligeiramente abaixo do ano anterior, grandemente influenciado pelo contexto de descida das taxas de mercado” reportou o MBim que avaliou em 49,2 bilhões os seus investimentos na Dívida Pública de Moçambique.

Linha de crédito do BNI não é acessível às MPME's que tentam sobreviver à covid-19

A Linha de Crédito de 1,6 bilhão de meticais disponibilizada pelo Governo de Filipe Nyusi, através do BNI, não é para acessível à maioria das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) moçambicanas que tentam sobreviver ao impacto da covid-19.

Texto: Adérito Caldeira

Cinco meses após o início da pandemia do novo coronavírus em Moçambique, e da imposição do 1º Estado de Emergência que parou literalmente a actividade económica enfim estão disponíveis no Banco Nacional de Investimentos (BNI) as duas linhas de crédito de emergência para as pouco mais de 14 mil empresas no regime tributaria do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC).

Alardeada pelo Governo e propagandeada BNI o @Verdade apurou que à parte da imensa burocracia que é necessária, tal como outros créditos da banca comercial, as MPME's são obrigadas a

ter contabilidade muito organizada para serem elegíveis a uma das linhas de Crédito Gov. Covid-19.

Balanços e demonstrações de resultados dos 3 últimos exercícios fiscais, último balancete acumulado, mapa de fluxos de caixa dos últimos 3 exercícios económicos, resumo do livro de compras e vendas dos últimos 3 exercícios, situação líquida positiva no último balanço aprovado são algumas das condições imperativas de acesso.

Num país onde nível de crédito em incumprimento está nos dois dígitos, desde a crise das dívidas ilegais em 2016, e o Go-

verno é um dos principais devedores do sector privado é ridículo que o Banco Estatal exija às Micro, Pequenas e Médias Empresas “ter a situação fiscal regularizada até 31 de Dezembro de 2019; não apresentar dívidas não regularizadas junto à banca até 31 de Dezembro de 2019”.

A Linha de Crédito Gov. Covid-19 para o reforço da tesouraria das empresas para fazer face à manutenção de stocks, ao pagamento de salários, de exportações e importações de bens e de matérias-primas tem um prazo de 12 meses, com taxa de juro fixa de 7 por cento que deve ser paga mensalmente ou “postecipado,

com início imediato ou diferido até 6 meses, em função da análise efectuada ao negócio e perfil dos fluxos de caixa”.

Requisito idênticos, e não só, são exigidos para acesso a Linha de Crédito Gov. Covid-19 para investimento de médio prazo, que tem um prazo de até 5 anos, taxa de juro fixa de 5 por cento e carência de capital de até 12 meses.

Contudo o @Verdade descortinou as MPME's eleitas terão de fornecer ao BNI relatórios e contas auditadas e “os contratos têm de contemplar as cláusulas de Ownership, Pari Passu, Negative Pledge e Cross Default

com todo o endividamento de natureza financeira”.

Em Diploma Ministerial os ministros da Economia e Finanças e da Indústria e Comércio deixam claro que estas linhas de crédito não podem ser usadas para “reestruturação financeira; Liquidar, substituir ou complementar, directa ou indirectamente, créditos bancários, nomeadamente financiamentos anteriores concedidos pela banca; aquisição de bens imóveis de uso geral que não correspondam às características específicas adequadas às exigências técnicas do processo produtivo da empresa”.



Quarta-feira, 29 de Julho de 2020

1 SÉRIE — Número 144

964

1 SÉRIE — Número 144

BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no Boletim da República deve ser remetida em cópia devidamente autorizada, uma por cada assunto, munita com as informações necessárias para esse efeito, o acerto de contas, assinado e autenticado. Para publicação no Boletim da República.

SUMÁRIO

Ministérios da Economia e Finanças e da Indústria e Comércio:

Diploma Ministerial n.º 35/2020:

Aprova os requisitos de elegibilidade e condições de acesso ao financiamento através da linha de crédito aprovada pelo Governo, no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais de excepção e temporárias, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Diploma Ministerial n.º 35/2020

de 29 de Junho

Havendo necessidade de definir os requisitos de elegibilidade e condições de acesso ao financiamento através da linha de crédito aprovada pelo Governo, no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19, de acordo com as Fichas Técnicas, em anexo, que são parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Artigo 1

(Objeto)

São aprovados os requisitos de elegibilidade e condições de acesso ao financiamento através da linha de crédito aprovada pelo Governo, no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais de excepção e temporárias, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19, de acordo com as Fichas Técnicas, em anexo, que são parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Artigo 2

(Âmbito de aplicação)

O presente Diploma Ministerial aplica-se às operações de financiamento através da linha de crédito de apoio à actividade

económica aprovada nos termos do Decreto n.º 37/2020, de 2 de Junho.

Artigo 3

(Beneficiários)

Beneficiários da linha de financiamento referidos no artigo anterior, as micro, pequenas e médias empresas, nos termos definidos no respectivo Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 44/2011, de 21 de Setembro, que desenvolvem actividades enquadradas no Classificador de Actividades Económicas (CAE) e que cumpram os demais requisitos de elegibilidade e condições de acesso definidos no presente Diploma Ministerial.

Artigo 4

(Requisitos de elegibilidade)

1. São elegíveis as operações de financiamento através da linha de crédito de apoio à actividade económica aprovada pelo Governo, no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais de excepção e temporárias, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19, de acordo com as Fichas Técnicas, em anexo, que são parte integrante do presente Diploma Ministerial.

2. As micro, pequenas e médias empresas sujeitas passivas do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais de excepção e temporárias, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19, de acordo com as Fichas Técnicas, em anexo, que são parte integrante do presente Diploma Ministerial.

3. Ter a situação fiscal regularizada até 31 de Dezembro de 2019.

4. Estar inscrito no Sistema de Supervisão Social Obrigatória, nos termos da legislação aplicável.

5. Dispor de situação líquida positiva no último balanço aprovado.

6. Não apresentar dividas não regularizadas junto à Banca, até 31 de Dezembro de 2019.

7. O disposto na alínea d) do n.º 1 do presente artigo não se aplica às micro, pequenas e médias empresas que:

a) Sejam sujeitas passivas do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC);

b) Tenham iniciado a sua actividade há menos de dois meses, a contar da data de entrada em vigor do presente Diploma Ministerial, a menos que comprovem ter registado um decréscimo na sua faturação em pelo menos 30%, por efeito da Pandemia da COVID-19, nesse período.

Artigo 5

(Condição de acesso)

1. É condição de acesso ao financiamento, nos termos indicados nas Fichas Técnicas em anexo ao presente Diploma Ministerial, a apresentação de documentos que comprovem a existência de uma actividade económica e que dele são parte integrante, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carta a solicitar o financiamento;

b) Declaração de todas as entidades legais e licenças para o exercício da actividade;

c) Balanço e demonstrações de resultados dos 3 últimos exercícios fiscais do proponente titular, incluindo a cópia do Modelo 10/20 entre a Administração Tributária;

d) Último balancete acumulado disponível;

e) Nota acerca sobre a empresa e sua actividade, nos termos indicados nas Fichas Técnicas;

f) Orçamento de exploração ou plano de negócios, consoante a finalidade da operação (tesouraria ou investimento);

g) Declaração específica de compromisso de manutenção dos postos de trabalho permanentes, de acordo com a minuta em anexo ao presente Diploma Ministerial e que dele é parte integrante;

h) As micro, pequenas e médias empresas sujeitas passivas do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), no âmbito das medidas económicas e sociais adicionais de excepção e temporárias, com vista a mitigar o impacto da Pandemia da COVID-19, de acordo com as Fichas Técnicas, em anexo, que são parte integrante do presente Diploma Ministerial.

i) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios.

j) O mapa de fluxos de caixa dos últimos três exercícios;

k) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios.

Artigo 6

(Operações elegíveis)

São elegíveis ao financiamento através da linha de crédito, as operações para:

a) Reforço da tesouraria das empresas para fazer face à manutenção de stocks, ao pagamento de salários, de exportações e importações de bens e de matérias-primas;

b) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

c) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

d) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

e) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

f) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

g) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

h) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

i) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

j) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

k) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

l) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

m) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

n) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

o) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

p) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

q) O resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios;

Artigo 7

(Operações não elegíveis)

Não são elegíveis ao financiamento através da linha de crédito, as operações que se destinem a:

a) Reestruturação financeira;

b) Liquidar, substituir ou complementar, directa ou indirectamente, créditos bancários, nomeadamente financiamentos anteriores concedidos pela Banca;

c) Aquisição de bens imóveis de uso geral que não correspondam às características específicas adequadas às exigências técnicas do processo produtivo da empresa;

Artigo 8

(Dividas e onusados)

As dividas e onusados decorrentes da aplicação do presente Diploma Ministerial são esclarecidos por Despacho Conjunto dos Ministros que superintendem as áreas de Finanças e da Indústria e Comércio.

Artigo 9

(Entrada em vigor)

O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação e vigora até 31 de Dezembro de 2020.

Maputo, aos 29 de Junho de 2020. — O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Alves Martins. — O Ministro da Indústria e Comércio, Carlos Alberto Fortes Marques.

29 DE JULHO DE 2020		1 SÉRIE — NÚMERO 144													
Título	Linha em branco, subscrita pela empresa e avaliada pelos sócios ou accionistas, com as assistências devidamente reconhecidas perante um Notário, bem como o respectivo Acordo de Fomento.														
	Garantia Bancária. Seguro de Garantia, Hipoteca sobre imóveis, Penhor de Equipamentos ou outras formas de colateral legitimamente aceites em Moçambique														
Garantias	<ul style="list-style-type: none"> Carta do cliente a solicitar o financiamento; Certidão de Registo das entidades legais e licença/alvará para o exercício da actividade; Estatutos publicados no Boletim da República; Número Único de Identificação Tributária (NUIIT); Balanço e demonstrações de resultados dos 3 últimos exercícios de pré-posto mensal, incluindo a cópia do modelo 10/20 entregue às Finanças (não aplicável às micro empresas); Último balanço acumulado disponível (não aplicável às micro empresas); Mapa de fluxos de caixa dos últimos três exercícios (aplicável apenas às empresas do regime simplificado-ISPC); Resumo do Livro de Compras e Vendas dos últimos três exercícios (aplicável apenas às empresas do regime simplificado-ISPC); Nota sucinta sobre a empresa e sua actividade, focando: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A origem da Empresa; ✓ Principais produtos e prazo médio de existências / stocks; ✓ Mercados, fornecedores e prazo médio de pagamentos e concorrentes; ✓ Os principais pontos fortes e pontos fracos; ✓ A organização e gestão de empresa; ✓ Estrutura societária/acçãoista; ✓ Informação sobre os sócios (experiência, capacidade empresarial e património); ✓ Informação sobre os gestores da empresa; Orçamento de exploração ou plano de negócios, consonte a finalidade da aplicação (tesouraria ou investimento); Declaração específica de compromisso de manutenção dos pontos de trabalho permanentes. 														
Condições de Acesso	<p>Facilidade II - Investimento</p> <p>Termos e Condições de Financiamento</p> <p>Âmbito</p> <p>Modalidade</p>														
	<p>60 dias</p> <p>Linha de Crédito destinada a financiar a componente de investimento das MPME's - Micro, Pequenas e Médias Empresas afectadas directa ou indirectamente pela Pandemia da COVID-19, de modo a dotá-las de capacidade para enfrentar as dificuldades operacionais e permitir a geração de fluxos de caixa resultantes das suas operações, assim como efectuar investimentos de expansão para o aumento da sua capacidade produtiva e geração de novos empregos.</p> <p>Financiamento de Médio Prazo na forma de Carta Empréstimo.</p>														
29 DE JULHO DE 2020		1 SÉRIE — NÚMERO 144													
Setores Elegíveis	<p>São elegíveis as micro, pequenas e médias empresas, tal como definidas no Decreto n.º 44/2011, de 21 de Setembro, que desenvolvem actividades enquadradas no Classificador de Actividades Económicas (CAE) e que cumpram os demais requisitos de elegibilidade e condições de acesso definidos para o efeito:</p> <table> <tr> <th>Categoria de beneficiários</th><th>Número de trabalhadores</th><th>Volume de negócios (MT)</th></tr> <tr> <td>Micro Empresas</td><td>1 a 4</td><td>Até 2.500.000</td></tr> <tr> <td>Pequenas Empresas</td><td>5 a 49</td><td>Até 14.700.000</td></tr> <tr> <td>Médias Empresas</td><td>50 a 99</td><td>Até 29.000.000</td></tr> </table> <p>Fonte: Classificação segundo o Decreto 44/2011, de 12 de Setembro</p>			Categoria de beneficiários	Número de trabalhadores	Volume de negócios (MT)	Micro Empresas	1 a 4	Até 2.500.000	Pequenas Empresas	5 a 49	Até 14.700.000	Médias Empresas	50 a 99	Até 29.000.000
Categoria de beneficiários	Número de trabalhadores	Volume de negócios (MT)													
Micro Empresas	1 a 4	Até 2.500.000													
Pequenas Empresas	5 a 49	Até 14.700.000													
Médias Empresas	50 a 99	Até 29.000.000													
<p>i) Micro Empresas: Até 7.500.000,00MT (sete milhões e quinhentos mil meticais).</p> <p>ii) Pequenas Empresas: Até 22.500.000,00MT (vinte e dois milhões e quinhentos mil meticais).</p> <p>iii) Médias Empresas: Até 49.000.000,00MT (quarenta e cinco milhões de meticais).</p> <p>Serão elegíveis empresas que satisfaçam, cumulativamente, os requisitos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disposição de Alvará ou Licença para o exercício da actividade; Ter situação fiscal regularizada até 31 de Dezembro de 2019; Estar inscrito no Sistema de Segurança Social Obrigatória (alínea a) do número 1 do artigo 3 do Decreto n.º 37/2020, de 2 de Junho); Disposição de situação líquida positiva no último balanço aprovado. Este requisito não se aplica às empresas e operadores económicos sujeitos ao regime do imposto simplificado para pequenos contribuintes (ISPC), bem como às empresas que tenham iniciado actividades há menos de doze meses, contanto que comprovem ter registado decréscimo na sua facturação em pelo menos 30% por efeito da Pandemia da COVID-19; Não apresentar dívidas não regularizadas junto à Banca, até 31 de Dezembro de 2019. 															
Limites de Financiamento	<p>Financiamento para investimento de incremento e/ou expansão da actividade empresarial das MPME's - Micro, Pequenas e Médias Empresas afectadas directa ou indirectamente pela Pandemia da COVID-19.</p>														
	<p>Não totalidade ou em tranches, de acordo com o plano de mobilização, sendo que os pagamentos referentes à aquisição de equipamento e/ou prestação de serviços, serão preferencialmente efectuados directamente aos respectivos fornecedores.</p>														
Critérios de Elegibilidade	<p>Período de Desembolso</p> <p>Prazo</p> <p>Período de Carência</p> <p>Reembolso</p> <p>Reembolso antecipado</p> <p>Reembolso de juros</p> <p>Comissão de Abertura</p> <p>Comissão de Organização</p> <p>Encargos de Expediente</p> <p>Penalidade por Mora</p> <p>Título</p> <p>Garantias</p>														
	<p>De acordo com o plano de investimento, não podendo, em todo o caso, ultrapassar o período de carência.</p> <p>Até 5 anos contados da data do primeiro desembolso de fundos, dependendo da análise que for efectuada ao negócio e perfil dos fluxos de caixa.</p> <p>Até 12 meses de carência de capital, contados da data do primeiro desembolso de fundos, podendo incluir o diferimento de juros de 6 a 12 meses, dependendo da análise que for efectuada ao negócio e perfil dos fluxos de caixa.</p> <p>Mensal/trimestral/semestral ou anual de acordo com o perfil dos fluxos de caixa esperados.</p> <p>Parcial ou totalmente, a qualquer momento de vigência da facilidade, mediante o pagamento de uma comissão de 1% sobre o montante a reembolsar antecipadamente.</p> <p>Mensal/trimestral/semestral ou anual durante todo período de vigência do contrato.</p> <p>1% (ou front) sobre o montante total da facilidade.</p> <p>7.500,00MT</p> <p>1.500,00MT</p> <p>Em caso de mora ou incumprimento, a taxa de juro em vigor será acrescida de uma sobretaxa de 4%.</p> <p>Linha em branco, subscrita pela empresa e avaliada pelos sócios ou accionistas, com as assistências devidamente reconhecidas perante um Notário, bem como o respectivo Acordo de Fomento.</p> <p>Penhor de equipamento a ser adquirido e/ou hipoteca da infra-estrutura a ser construída ou adquirida pelo valor do financiamento;</p>														
29 DE JULHO DE 2020		1 SÉRIE — NÚMERO 144													

Bastonário da Ordem dos Advogados esclarece como deverá ser pago salário durante o “novo normal” com a covid-19 em Moçambique

O artigo 123 de Lei do Trabalho determina durante o Estado de Emergência “o trabalhador tem direito a 75 por cento, 50 por cento e 25 por cento das respectivas remunerações, no 1º, 2º e 3º mês”. O Bastonário da Ordem dos Advogados (OAM), Duarte Casimiro, esclareceu ao @Verdade como deverá ser pago salário durante o “novo normal” com a covid-19.

Numa das alíneas do seu artigo relativo a “Suspensão do contrato por motivo respeitante ao empregador”, como foi a imposição do 1º Estado de Emergência como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus em Moçambique, a Lei do Trabalho indica que o empregador pode reduzir o salário mensal dos seus trabalhadores determinado no entanto que “o trabalhador tem direito a 75 por cento, 50 por cento e 25 por cento das respectivas remunerações, no primeiro, segundo e terceiro mês, não devendo, em qualquer caso, as mesmas ser inferiores ao salário mínimo nacional”.

Decorridos 4 meses em Estado de Emergência, durante o qual milhares de empregadores fizeram uso desta prerrogativa legal, a Lei do Trabalho nada prevê em termos de “Suspensão do contrato por motivo respeitante ao empregador” durante o 2º Estado de Emergência como o que está em vigor desde o passado dia 8 de Agosto e o @Verdade questionou ao Bastonário OAM como a questão salarial deve ser tratada.

“Quanto ao artigo 123 da Lei do Trabalho este dispositivo aplica-



Texto: Adérito Caldeira

-se para situações em que a gente com previsão de que possam vir a surgir problemas de gestão empresarial nos é permitido fazer um abaixamento, uma redução e o pagamento da remuneração de forma faseada durante a fase em que essa situação estiver a prevalecer”, começou por esclarecer Duarte Casimiro.

Contudo o Bastonário da Ordem dos Advogados deixou claro: “É evidente que ultrapassada essa situação não faz sentido que prevaleça o desconto, terá de voltar tudo a normalidade”.

“Ora nesta situação actual que por existir já uma norma, que é esta que foi aprovada há pouco tempo (Lei de Calamidades), não se pode de forma alguma pensar que vamos ter prorrogações dessa situação de descontar-se os trabalhadores. Se isso acontecer seria eventualmente uma única vez, logo que terminar este Estado de Emergência, vamos entrar na aplicação desta nova normal e aí não faz sentido que se continue a descontar aos trabalhadores”, acrescentou o Bastonário OAM.

Proibido movimento de bois, cabritos, ovelhas e porcos de e para a Província de Maputo devido a Febre Aftosa

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) proibiu, a partir desta quarta-feira (12), o movimento de bois, cabritos, ovelhas e porcos de e para a Província de Maputo devido a eclosão de um surto da Febre Aftosa com epicentro no Distrito de Magude.

Texto: Redacção

Em comunicado de imprensa o MADER determina: “A proibição do movimento de bovinos, caprinos, ovinos e suínos destinados a criação e abate de e para a província de Maputo; A proibição do movimento (entrada e saída) de carnes de bovinos, caprinos, ovinos e suínos de e para a província de Maputo; A proibição do movimento de forragens destinadas a alimentação de gado provenientes da província de Maputo; A proibição de concentração de animais para quaisquer fins, sem a permissão da Autoridade Veterinária”.

“Todo movimento de animais para criação e abate fora da respectiva província, deve se fazer acompanhar por uma credencial emitida pela Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário (DNPD), mediante a apresentação da declaração de inspecção emitida pelo veterinário de campo do local de origem dos animais; Todos transportadores de animais e de carnes devem estar registados na DNPD e é obrigatória a apresentação do certificado

de registo do transportador, antes da emissão da licença”, impôs ainda o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No comunicado, onde precisa que o surto da Febre Aftosa detectado no dia 11 de Agosto de 2020, no Tanque Carracida de Sabão, no Posto Administrativo Magude-Sede, no Distrito de Magude, na Província de Maputo, o MADER obriga ainda ao “exame clínico pré-embarque dos animais autorizados para serem transferidos; Obrigatoriedade de marcar a ferro quente com a letra “A” os animais autorizados a movimentar-se para o abate; Obrigatoriedade de marca individual de criador nos bovinos a circular no território nacional; Proibição do transporte no mesmo veículo de animais com destinos diferentes; Obrigatoriedade da selagem dos meios de transporte de gado movimentado em todo o país; Obrigatoriedade da inspecção dos animais pela Autoridade Veterinária da área de jurisdição no local de destino e no acto de descarregamento; Obrigatorieda-

de de desinfecção de todos veículos que transportam animais em todos postos/pontos de fiscalização nas principais vias de trânsito no país, principalmente nos pontos de transição entre uma província e outra”.

Embora a doença em animais não tenha implicações para a cadeia alimentar humana a Febre Aftosa é uma das doenças animais mais importantes a nível mundial.

Em Moçambique vários focos têm sido registados, o @Verdade apurou que entre 2014 a 2018 a Febre Aftosa afectou animais nas províncias de Maputo (distrito de Manhica, Namaacha, Moamba, Magude e Matutíne), Gaza (distrito de Massingir, Bilene, Chókwe, Chonguene, Mandlakaze, Guija, Chibuto, Xai-Xai e Chicalacuala), Inhambane (Zavala e Panda), Zambézia (Gilé), Tete (Dôa, Moatize, Angónia, Changara, Tsangano, Marara e Cidade de Tete), Manica (Vanduzi, Guro e Sussundenga) e Nampula (Mogovolas e Angoché).

Ordem dos Advogados não tem posição sobre novo Estado de Emergência em Moçambique

Duarte Casimiro, o Bastonário da Ordem dos Advogados, declarou nesta quinta-feira (13) que a instituição que dirige há pouco mais de 3 meses “não tem posição sobre novo Estado de Emergência em Moçambique”.

Texto: Adérito Caldeira



Falando em conferência de imprensa na Cidade de Maputo o Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) justificou a falta de posição sobre o 2º Estado de Emergência declarado pelo Presidente Filipe Nyusi com o facto de

“o artigo o 292 da Constituição (da República) infelizmente pelo seu texto permite haver uma diversidade de interpretações”.

No entanto Duarte Casimiro deixou a sua interpretação: “do meu ponto de vista nada obstava que o Presidente da República decretasse ou declarasse o novo Estado de Emergência, o que está delimitado são os períodos de prorrogação. Como já havia prorrogado até a terceira vez não havia hipótese de fazer uma nova prorrogação, mas nada impedia que, verificando-se os pressupostos que determinaram na fase inicial a Declaração do Estado de Emergência, por sinal até neste momento estamos numa situação mais agravada, estamos a entrar na transmissão comunitária em mais do que uma cidade, era natural e normal que assim tivesse avançado Sua Excelência o Presidente da República”.

Confrontado pelo @Verdade em relação ao alerta que fez no acto da sua posse, a 29 de Abril último, que por causa das

limitações impostas aos moçambicanos a Justiça iria ser “chamada a dirimir conflitos decorrentes da implementação do Estado de Emergência” o Bastonário da OAM disse: “Infelizmente surgiram, tivemos muitos casos em que os Direitos dos cidadãos foram postos em causam, foram várias situações de agressões, prisões até houve mortes que resultaram desse Estado de Emergência”.

“O que nós esperamos e desejamos é que não seja este um procedimento normal e por isso penso eu que naturalmente irão surgir, neste momento os tribunais estão em férias judiciais, penso que com a nova Declaração terá que se fazer algo para começarmos a trabalhar ao nível dos tribunais e provavelmente vão surgir casos de pessoas cujos Direitos foram violados durante este período por causa das várias actuações”, afirmou Casimiro.

O Bastonário da Ordem dos Advogados enfatizou: “Não podemos deixar de referir aqui e criticar a actuação da Polícia Camarária que vai muito para além daquilo que é razoável que é arrancar os produtos a pessoas porque estão a vender na rua, eu penso que há alguns excessos que estão a ser cometidos e naturalmente poderá haver actuação da Justiça no sentido de repor a legalidade”.

Jovem morre de covid-19 no Chimoio, explosão de infectados no Chókwé

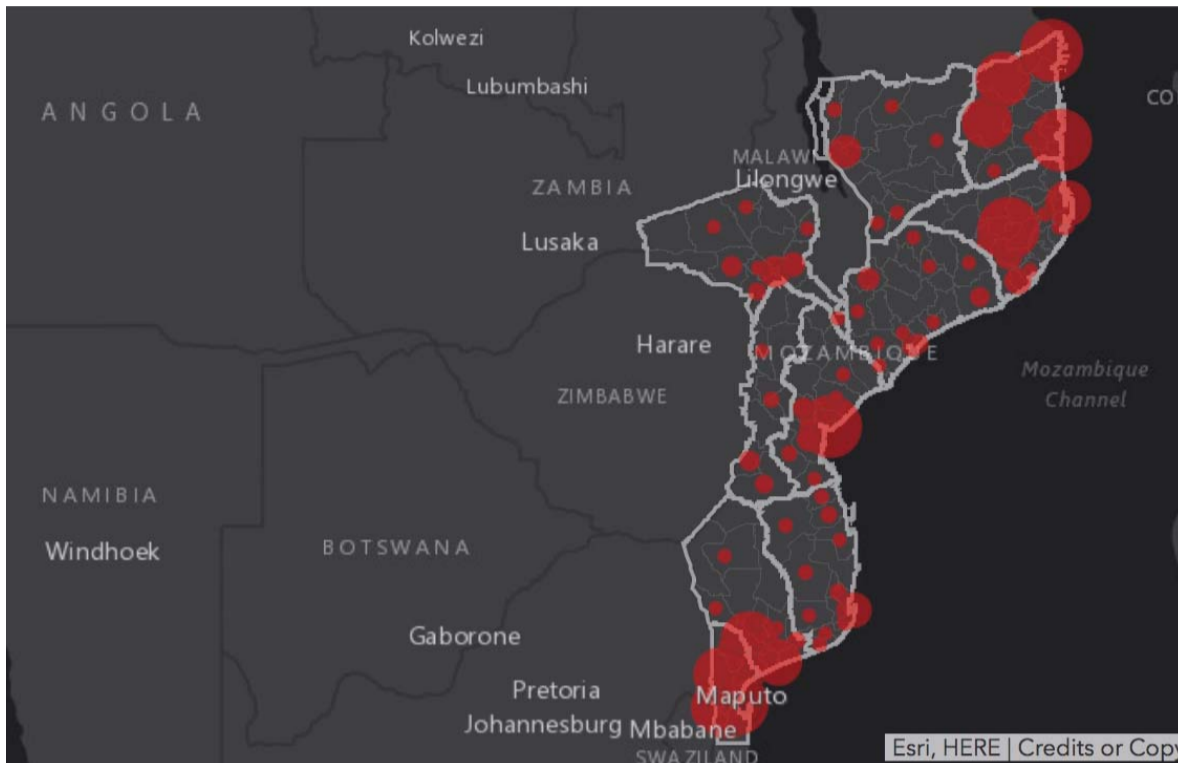
Um jovem do sexo masculino faleceu no passado 6 de Agosto com o novo coronavírus na Cidade de Chimoio, é a 17ª vítima da pandemia que em Moçambique infectou um cumulativo de 2.481 indivíduos. Nesta terça-feira (11) foi registada uma explosão de novos casos positivos no Município do Chókwé, colocando Gaza como a 4ª província com mais pacientes com a covid-19.

Texto: Adérito Caldeira

Em comunicado de imprensa o Ministério da Saúde (MISAU) informa “o registo de um óbito em paciente infectado pelo novo coronavírus, na Província de Manica. Trata-se de um indivíduo de 22 anos de idade, do sexo masculino, de nacionalidade moçambicana. O mesmo deu entrada no Hospital Provincial de Chimoio no dia 6/08/2020, à 1h da madrugada com quadro de doença respiratória grave e veio a falecer no mesmo dia por volta das 4:45h. Foi-lhe feita a colheita de amostra para o teste de COVID-19 no momento da admissão e o resultado positivo foi confirmado no dia 10.08.2020. Moçambique conta actualmente com 17 óbitos devido à covid-19 e dois óbitos por outras causas”.

Este foi o primeiro óbito registado na Província de Manica que um total de apenas 20 casos positivos, cinco na Cidade de Chimoio, sete no Distrito de Machaze e oito no Distrito de Mossurize.

Entretanto, nesta terça-feira (11), as autoridades sanitárias identificaram 70 novos pacientes com o novo coronavírus, todos em isolamento domiciliar, “69 são de indivíduos de nacionalidade moçambicana e um de nacionalidade zambiana; 66 casos são de trans-



missão local e quatro casos são importados”, refere o MISAU em comunicado onde detalha as idades: dois casos são crianças menores de 5 anos, cinco são crianças na faixa dos 5-14 anos, dez são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, 23 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 19 estão na faixa dos 35-44 anos, cinco estão na faixa dos 45-54 anos, quatro es-

tão na faixa dos 55-64 anos e dois estão acima dos 65 anos de idade.

Três dos novos infectados foram detectados na Cidade de Pemba, elevando para 519 o total de casos positivos na Província de Cabo Delgado.

Na Província das Zambézia o cumulativo subiu para 48 casos

após ter sido identificado mais um paciente no Distrito de Milange, contacto de um dos dez casos que existiam no distrito.

A vigilância nas unidades sanitárias diagnosticou três novos infectados na Cidade da Beira e um no Distrito de Inchope que aumentaram para 90 o total de casos na Província de Sofala.

Aumenta internados com covid-19 no Centro de isolamento da Polana Caniço

Na Província de Gaza o cumulativo saltou para 116 casos positivos após ter sido detectado um novo paciente na Cidade de Xai-Xai e 20 no Município do Chókwé. O @Verdade apurou que com estes novos casos triplicaram para 31 os infectados no Município do Chókwé.

A vigilância sanitária identificou onze novos pacientes na Cidade da Matola, cinco no Distrito de Moamba, um no Distrito de Boane e outro no Distrito da Namaacha que elevaram para 462 o total de casos positivos na Província de Maputo.

Na Cidade de Maputo, oficialmente com transmissão comunitária, foram diagnosticados 23 novos casos que subiram para 634 o cumulativo de infectados e aumentaram de oito para onze os indivíduos internados com a covid-19 no Centro de isolamento da Polana Caniço.

“Gostaríamos de informar que registamos mais 50 casos totalmente recuperados da covid-19”, reporta ainda o Ministério da Saúde que reviu para 910 o total de curados desde que a pandemia iniciou em Moçambique.

Cidade de Maputo ultrapassa oito centenas de infectados pela covid-19 num dia em que a Província de Inhambane voltou a registar casos positivos

A Cidade de Maputo ultrapassou neste sábado (15) as oito centenas de infectados pela covid-19, na Província de Maputo são mais de cinco centenas os doentes num dia em que a Província de Inhambane voltou a registar casos positivos do novo coronavírus.

Texto: Adérito Caldeira

O Ministério da Saúde (MISAU) identificou 83 novos infectados que elevaram para 2.791 o cumulativo de casos positivos em Moçambique. Destes, 80 casos são indivíduos de nacionalidade moçambicana e três indivíduos estrangeiros: dois de nacionalidade portuguesa e um indivíduo de nacionalidade dominicana, 44 são do sexo masculino e 39 do sexo feminino.

Em isolamento domiciliar os novos doentes tem as seguintes idades: três são crianças menores de 5 anos, sete são crianças na faixa dos 5-14 anos, 12 são adolescentes e jovens na faixa etária dos 15-24 anos, 20 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 17 estão na faixa dos 35-44 anos, onze estão na faixa dos 45-54 anos, oito estão na faixa dos 55-64 anos, quatro tem mais de 65 anos e um caso o MISAU não especificou a idade.

A vigilância sanitária identificou seis novos infectados na Cidade de Nampula que

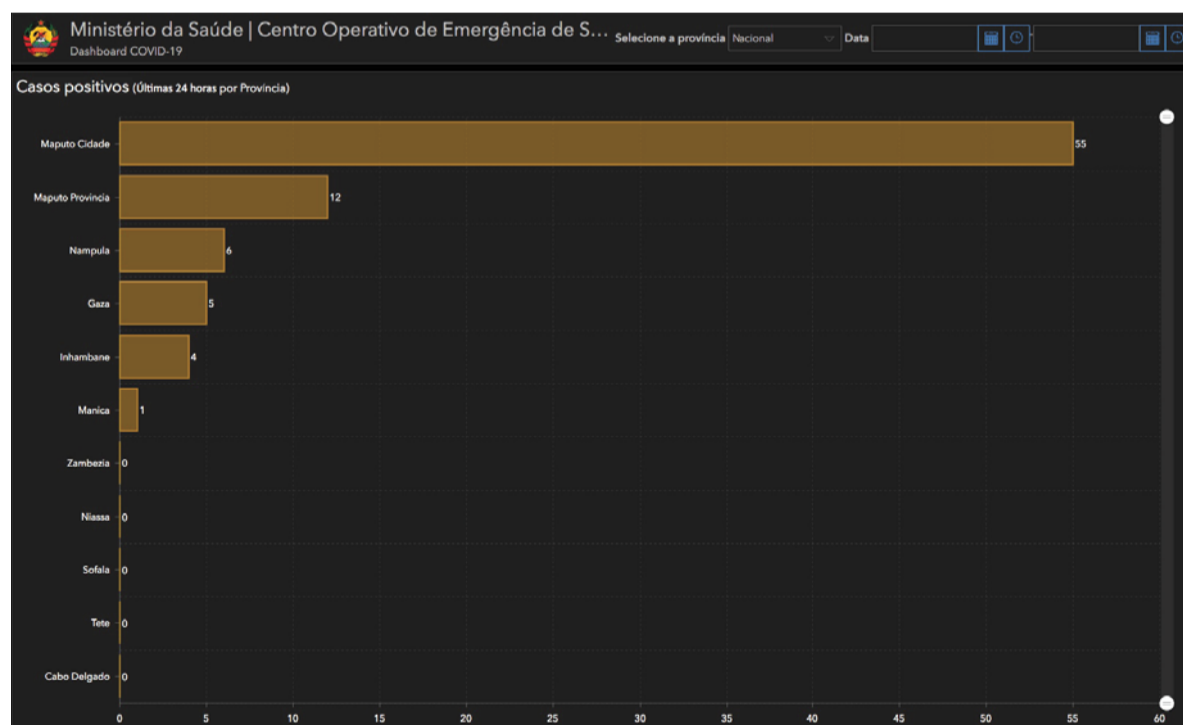
colocaram em 475 o total de casos positivos na Província de Nampula que, apesar da transmissão comunitária na sua capital, foi relegada para a quarta província com o maior número de doentes.

Na Província de Manica o cumulativo subiu para 38 casos positivos após o diagnóstico de um novo doente na Cidade de Chimoio).

Após quatro dias sem testar nem registar nenhum novo caso a vigilância sanitária identificou quatro novos infectados na Província de Inhambane, dois no Distrito da Massingao, um no Distrito de Homoine e outro na Cidade de Maxixe.

Na Província de Gaza o total de casos positivos cresceu para 146 com a identificação de cinco novos doentes na Cidade do Chókwé.

A Província de Maputo destacou como a terceira com o maior número de casos, 502,



após a vigilância sanitária detectar nove novos infectados na Cidade da Matola, um no Distrito de Boane, outro no Distrito de Namaacha e ainda outro no Distrito de Marracuene.

Na Cidade de Maputo o cumu-

lativo ascendeu a 802 casos positivos, após terem sido identificados 55 novos infectados neste sábado. O número de indivíduos infectados na capital moçambicana subiu para 13 com o internamento de dois novos pacientes.

Entretanto o Ministério da Saúde, em comunicado de imprensa, anunciou o registo de mais 61 casos totalmente recuperados da covid-19, revendo para 1.136 o total de indivíduos curados desde que a pandemia eclodiu em Moçambique.

Ministro da Defesa garante “terroristas não controlam lugar nenhum” em Moçambique e refuta presença de forças estrangeiras

O ministro da Defesa de Moçambique refutou que o Al Shabaab tenha tomado de assalto o Distrito de Mocímboa da Praia, no Norte de Moçambique, a poucas dezenas de quilómetros dos bilionários projectos de gás natural da Eni, Total e ExxonMobil. “Neste momento os terroristas não controlam lugar nenhum” garantiu Jaime Neto que refutou a existência de forças estrangeiras em acção na Província de Cado Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

“O povo e o Estado moçambicano estão sob agressão de um grupo de terroristas nos distritos do Norte da Província de Cabo Delgado. Apesar dos esforços operacionais das Forças de Defesa e Segurança, da descoberta e destruição de numerosas acampamentos do dito bando terrorista, da eliminação de vários dos seus grupos de combate em Mocímboa da Praia a vila sede deste distrito voltou a sofrer, desde a semana passada, sucessivas vagas de ataque”, admitiu o ministro da Defesa.

Jaime Neto, falando em conferência de imprensa na Cidade de Maputo, explicou que “O inimigo infiltrou-se em diversos bairros trajado à civil e beneficiando de várias cumplicidades atacou a vila de dentro para fora causando destruição, saques e assassinatos de cidadãos indefesos, complementando acções directas e indirectas com manobras de sabotagem a meios navais e de socorro a partir do porto de Mocímboa da Praia”.

Em comunicado de imprensa as FDS anunciaram na quarta-feira (12) que os Al Shabaab realizaram vários ataques, desde a passada quarta-feira (05), às aldeias de Anga, Buji, Auasse e a Vila de Mocímboa da Praia porém foram repelidos com 59 baixas humanas e a destruição de seis



acampamentos e meios usados pelos terroristas.

“A resposta das Forças de Defesa e Segurança foi intensa tendo demonstrado bravura e coragem, espírito de sacrifício, moral combativa e resiliência. Apesar das enormes perdas em homens e material por parte do alegado Estado Islâmico o inimigo permaneceu na área denotando ter recebido reforço suplementar em equipamento e homens proveniente de bases fora do território nacional. O resultado final foi a vandalização de infra-estruturas da vila sede de Mocímboa da Praia”,

declarou o governante apontando o dedo aos países vizinhos à Norte de Moçambique.

O Distrito de Mocímboa da Praia, onde os terroristas protagonizaram o seu primeiro acto violento em Outubro de 2017, tomando a vila durante 2 dias, dista cerca de 90 quilómetros a sul de Palma, distrito onde estão a ser construídos megaprojetos de exploração de gás natural avaliados em dezenas de biliões de dólares norte-americanos pelas petrolíferas Eni, Total e ExxonMobil.

Neto admitiu que os combates

não terminaram, “Neste momento as Forças de Defesa e Segurança procuram controlar a situação que no entanto continua tensa e fluída devendo todo Estado moçambicano empenhar-se na normalização da vida da populações tão fustigadas pelo terror”.

A Organização Internacional das Migrações estimou, no início de Julho, que existiam pelo menos 250 mil cidadãos deslocados na Província de Cabo Delgado, outros 5.500 na Província de Nampula e mais de uma centena no Província do Niassa.

Entretanto o ministro deixou claro que: “Neste momento os terroristas não controlam lugar nenhum, tem áreas onde eles se encontram, combateram na Mocímboa da Praia, a nossa força resistiu e nós estamos a tomar medidas para inspecionar a área e ver se existe ou não outra gente”.

Jaime Neto desmentiu ainda a existência de empresas de segurança ou forças armadas estrangeiras a trabalharem com o exército moçambicano: “O Estado moçambicano ainda continua forte para combater o terrorismo em Moçambique, neste momento o apoio que o Estado moçambicano solicitou é a vigilância nas fronteiras para não deixar entrar bandidos no nosso território. No combate estão os moçambicanos e com muito orgulho estamos a travar esta luta”.

A plataforma independente de monitoria (editada pelos jornais moçambicanos Mediafax, Zitamar e o International Crisis Group) dos actos destes terroristas apelidados de Al Shabaab, e que recentemente começaram a clamar ligações ao Estado Islâmico, registou desde 2017 pelo menos 503 eventos violentos que resultaram em 1.501 vítimas mortais, 967 civis na Província de Cabo Delgado.

Covid-19 continua activa na Montepuez Ruby Mining, quase meia centena de infectados no Chókwe e novo coronavírus propaga-se para novos distritos de Nampula

A transmissão da covid-19 continua activa nos acampamentos da mineradora inglesa Montepuez Ruby Mining. Nesta sexta-feira (14) os infectados na Cidade do Chókwe aproximaram-se da meia centena num dia em que Moçambique passou a ter um cumulativo de 2.708 casos positivos e o novo coronavírus propagou-se para dois novos distritos da Província de Nampula.

Texto: Adérito Caldeira

O Ministério da Saúde (MISAU) identificou 70 novos pacientes da covid-19 no país, todos cidadãos moçambicanos, 42 do sexo masculino e 28 do sexo feminino, todos em isolamento domiciliário, com as seguintes idades: três são crianças menores de 5 anos, dez são crianças na faixa dos 5-14 anos, onze são adolescentes e jovens na faixa dos 15-24 anos, 17 são jovens na faixa dos 25-34 anos, 16 estão na faixa dos 35-44 anos, seis estão na faixa dos 45-54 anos, quatro estão na faixa dos 55-64 anos, um tem mais de 65 anos de idade e a idade de dois não especificada.

Três dos novos infectados foram identificados na Província de Cabo Delgado, onde o total de casos passou para 529, dois na Cidade de Pemba e um no Distri-

to de Montepuez.

O @Verdade apurou que o caso positivo detectado no Distrito de Montepuez é contacto de um dos 39 trabalhadores anteriormente infectados nas instalações da Montepuez Ruby Mining, uma mineradora inglesa que explora rubis.

Na Província de Nampula, onde o cumulativo subiu para 469 casos positivos, o novo coronavírus propagou-se para dois novos distritos. Nesta sexta-feira (14) foram identificados os dois primeiros infectados no Distrito de Nacala-a-Velha e um no Distrito de Rapale. Foi ainda diagnosticado um paciente no Distrito de Nacala-Porto.

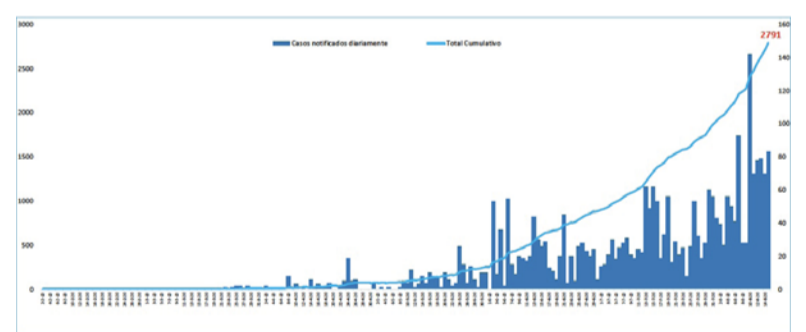
Um novo infectado foi detectado

no Distrito de Nicoadala, elevando para 51 o total de casos positivos na Província da Zambézia.

A vigilância sanitária identificou um novo doente Cidade de Chimoio, que aumentou para 37 o total de casos positivos na Província de Manica.

Na Província de Sofala o cumulativo chegou aos 99 casos positivos após terem sido diagnosticados dois novos infectados na Cidade da Beira, outros dois no Distrito de Dondo e um no Distrito de Machanga.

Quatro novos casos foram identificados na Cidade de Chokwé, já tem 48 positivos, subindo para 141 o total de casos na Província de Gaza.



Na Província de Maputo o cumulativo ascendeu a 490 casos positivos com o diagnóstico de sete infectados na Cidade da Matola, cinco no Distrito de Boane, outros cinco no Distrito da Manhica e um no Distrito de Matutuine.

Na Cidade de Maputo foram detectados 34 novos doentes, um deles foi internado, passando

para 747 o total de casos na capital moçambicana.

Em comunicado de imprensa o MISAU anunciou o registo de “mais 60 casos totalmente recuperados da covid-19”, por isso “do cumulativo de 2.708 casos positivos diagnosticados em todo o país, 1.075 (39,7 por cento) indivíduos estão totalmente recuperados”.

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail:averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.